



Emissão de comprovantes

C33228104140880068
28/06/2019 10:49:57

DE 16 DIAS - BANCO DO BRASIL - 17.49.58
ESQUEMA 0022

CONSERVACAO DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: S E TERMO DO MUNICIPAL
AGENCIA: 1000-1 CONTA: 3.768-3

BANCO BRASILEIRO (BRASIL) S.A.

15388268040000007714000011747840000048000

INSTITUICAO: INSTITUICAO CARACTERIZACAO E INDIAGAMENT

NOME EMPRESA: INSTITUICAO CARACTERIZACAO E INDIAGAMENT

CNPJ: 16.503.884/0001-41

ENDEREÇO: AVENIDA BRASILEIRA DE TERMO CANASA NO

CNPJ: 16.503.884/0001-41

NR DOCUMENTO 82.808

DATA DE VENCIMENTO 24/07/2019

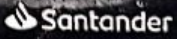
DATA DO PAGAMENTO 28/06/2019

VALOR DO DOCUMENTO 490,00

VALOR CANCELADO 490,00

NR AUTENTICACAO C.436.789.808.476.831

Transação efetuada com sucesso por: CÉCILE NEUZA S S CORREIA.

**033-7**

03399.92596 07400.200007 71042.001017 4 79400000049000

Local de Pagamento: PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NO BANCO SANTANDER					Vencimento 04/07/2019
Beneficiário EFICIENCIA CAPACITACAO E TREINAMENTO PRO CNPJ: 28.329.884/0001-41 R DES CLOTARIO PORTUGAL, 39 - - CENTRO - CURITIBA - PR - CEP: 80410-220					Agência/Código Beneficiário 0084 / 9259074
Data do documento 27/06/2019	No. do documento NF 8532	Espécie doc. DM	Aceite -	Data Processamento 27/06/2019	Nosso Número 0020000710420
Uso do Banco	Carteira COB	Espécie Moeda REAL	Quantidade	(x) Valor	(=) Valor do Documento 490,00
Instruções					(-) Descontos/Abatimento
					(+) Mora/Multa
					(=) Valor Cobrado
Pagador: SANTA TEREZINHA DE ITAIPU CAMARA MUNICIP 75.425.322/0001-81 RUA DAS COMUNICACOES - CENTRO SANTA TEREZINHA DE I/PR - 85875-000					Ficha de Compensação
Sacador/Avalista:					Código de Baixa



Autenticação Mecânica



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da Nota
8532
Data e Hora de Emissão
27/06/2019 14:38:49
Código de Verificação
JC3UF10L

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: UNIPUBLICA - UNIAO PARA QUALIFICACAO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONALLTDA
CPF / CNPJ: 11.227.107/0001-93 **Inscrição Municipal:** 08 02 0575141-1
Endereço: R.DESEMBARGADOR CLOTÁRIO PORTUGAL, 000039 - **Tel.:** 41 - 30995454
BAIRRO: CENTRO
Município: CURITIBA **UF:** PR **Email:** financeiro2@unipublicabrasil.com.br

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: SANTA TEREZINHA DE ITAIPU CAMARA MUNICIPAL
CPF / CNPJ: 75.425.322/0001-81 **IMU:** **Outro Doc.:**
Endereço: RUA DAS COMUNICACOES, 1828 - COMPLEMENTO: ANEXO CAMARA MUNICIPAL - BAIRRO: CENTRO
- CEP: 85875000
Município: Santa Terezinha de Itaipu **UF:** PR **Email:**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Curso EaD com Gravação: PORTAL UNYFLEX
AO (S) PARTICIPANTE(S): Luciani Heindrickson da Silva

Valor bruto: R\$490,00

Desconto especial para clientes: R\$10,00

Em cumprimento à Lei n. 12.741/2012, destacamos as porcentagens dos impostos incidentes nesta prestação de serviço: Empresa Optante Pelo Simples Nacional.

Valor Líquido da Nota Fiscal = R\$490,00

87

VALOR TOTAL DA NOTA - R\$490,00

Código da Atividade

08 - 02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

Valor Total das Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Crédito p/ Abatimento do IPTU
0,00	490,00	5,00	24,50	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 73/2009.
Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.
Não gera direito a crédito fiscal de IPI.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO**

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS E OUTROS DÉBITOS MUNICIPAIS

CONTRIBUINTE: UNIPUBLICA - UNIAO PARA QUALIFICACAO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA

CNPJ: 11.227.107/0001-93

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 575141-1

ENDEREÇO: R. DESEMBARGADOR CLOTÁRIO PORTUGAL, 39 - CENTRO, CURITIBA, PR

FINALIDADE: CONCORRÊNCIA / LICITAÇÃO

É expedida esta **CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS E OUTROS DÉBITOS MUNICIPAIS**, em nome do sujeito passivo inscrito ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

A certidão expedida em nome de Pessoa Jurídica abrange todos os estabelecimentos cadastrados no Município de Curitiba.

Certidão expedida com base no Decreto nº 670/2012, de 30/04/2012.

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre Serviços - ISS), Imobiliários (Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-vivos - ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais.

CERTIDÃO Nº: 225042/2019

EMITIDA EM: 28/06/2019

VÁLIDA ATÉ: 25/10/2019

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO: 0B4B.644B.7F82.4FEF-5.87F0.9BE1.2993.EBCC-7

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura Municipal de Curitiba, na Internet, no endereço <http://www.curitiba.pr.gov.br> - link: Secretarias / Finanças.

Reserva-se a Fazenda Municipal, o direito de cobrar dívidas posteriormente constatadas, mesmo as referentes a períodos compreendidos nesta.

Certidão expedida pela internet gratuitamente.

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 020171866-47

Certidão fornecida para o CNPJ/ME: 11.227.107/0001-93

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 26/10/2019 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: UNIPUBLICA - UNIAO PARA QUALIFICACAO E DESENVOLVIMENTO
PROFISSIONAL LTDA

(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 11.227.107/0001-93

Certidão nº: 174887018/2019

Expedição: 28/06/2019, às 09:30:03

Validade: 24/12/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que UNIPUBLICA - UNIAO PARA QUALIFICACAO E DESENVOLVIMENTO
P R O F I S S I O N A L L T D A
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº
11.227.107/0001-93, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do
Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e
na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do
Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos
Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias
anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação
a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua
autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na
Internet (<http://www.tst.jus.br>).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados
necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas
inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações
estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em
acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos
recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a
emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes
de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do
Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: UNIPUBLICA - UNIAO PARA QUALIFICACAO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
LTDA

CNPJ: 11.227.107/0001-93

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:20:21 do dia 10/06/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/12/2019.

Código de controle da certidão: **2633.544D.B793.D46D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11.227.107/0001-93
Razão Social: UNIPUBLICA UNIAO P QUAL DESE PROF LTDA
Endereço: R EBANO PEREIRA / 44 / CENTRO CURITIBA - PR

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/06/2019 a 11/07/2019

Certificação Número: 2019061203271915927675

Informação obtida em 28/06/2019 09:27:16

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

ESTADO DO PARANÁ - FONE (45) 3541-1299
CNPJ 75.425.322/0001-81
RUA DAS COMUNICAÇÕES, 1828

1ª VIA - CONTABILIDADE

NOTA DE EMPENHO

Nº EMPENHO/TIPO 000087/19 Ordinário		RECURSO Orcamentario	
ORGÃO 01 CAMARA MUNICIPAL		UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 01 Camara Municipal	
DOTAÇÃO 010310001.2.001.3390.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES		Nº DA CONTA 7	
CREDOR 888 UNIPUBLICA - UNIAO PARA QUALIFICACAO E D RUA DESEMBARGADOR CLOTARIO PORTUGAL 3941-3323-3131		CIDADE CURITIBA PR	
LICITAÇÃO Dispensa por Limite	NÚMERO	SOLICITAÇÃO	PROC COMPRA
EMISSÃO 06.06.19		VENCIMENTO 28.06.19	
VALOR ORÇADO 350.000,00	SALDO ANTERIOR 312.800,25	VALOR DO EMPENHO 490,00	SALDO ATUAL 312.310,25
ITEM 1	QUANT 1	ESPECIFICAÇÃO REFERENTE AO CURSO "AUDITORIA GOVERNAMENTAL NOS PODERES MUNICIPAIS", COM CARGA HORARIA DE 48 HORAS, DISPONIVEL NA PLATAFORMA WEB (ON-LINE), VISANDO ATUALIZACAO NA AREA DE ATUACAO DA COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO DESTA CASA DE LEIS	VALOR UNITÁRIO 490,00
			VALOR TOTAL 490,00
LOCAL DE ENTREGA			TOTAL GERAL 490,00
COMP. () ANULAÇÃO ()		AUTORIZO/PAGUE-SE	
A DESPESA FOI EMPENHADA NA DOTAÇÃO CORRESPONDENTE			
EMITENTE		CONTADOR	DIRETOR GERAL
PRESIDENTE			
PAGAMENTOS PARCIAIS		CHEQUE Nº	BANCO
CONTA Nº			
O.P. Nº	VALOR	SALDO	
<p>DECLARO(AMOS) PARA OS DEVIDOS FINS, QUE RECEBI(EMOS) A IMPORTÂNCIA DESTA ORDEM DE PAGAMENTO CORRESPONDENTE AO ACIMA DESCRITO, E PELA QUAL DOU(AMOS) PLENA E IRREVOGÁVEL QUITAÇÃO</p> <p>STA. TER. DE ITAIPÚ _____</p> <p>ASSINATURA</p>			



Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

ESTADO DO PARANÁ
JUSTIFICATIVA

Em virtude do requerimento protocolado pela Coordenadora do Controle Interno desta Casa de Leis, o qual em apertada síntese, requer com fulcro no art. 17, III, da Resolução n.º 55/2007, seja viabilizado um curso de formação e atualização na sua área de atuação, em específico o curso de "AUDITORIA GOVERNAMENTAL NOS PODERES MUNICIPAIS", com carga horária de 48 horas, promovido pela empresa "UNIPUBLICA ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA", disponível em plataforma web (on line), conforme as considerações abaixo.

- I) *O objeto desta contratação é considerado de pequeno vulto em razão do diminuto valor, bem como é destinada ao melhoramento e aperfeiçoamento dos trabalhos de controladoria interna, ou seja, visa atender as necessidades da Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu/PR;*
 - II) *Prende-se, também, a necessidade de dar efetividade ao teor do dispositivo legal supracitado, no qual estabelece que os membros que compõem o sistema de controle interno deverão ser incentivados a receberem treinamentos específicos, inclusive com participação obrigatória de no mínimo 04 (quatro) cursos por ano.*
 - III) *Outrossim, a aquisição deste curso e o seu fornecimento pela plataforma web, conforme documentos anexados ao pedido, demonstram ser a hipótese de formação mais econômica, as aulas presenciais tem seu valor mais elevado, bem como implica gastos com o deslocamento da servidora e a consequente remuneração das despesas pela via de diárias;*
 - IV) *Ademais, a disponibilização on line das vídeos-aulas, possibilita à servidora assistir quantas vezes quiser as aulas do seu interesse, inclusive mediante pausas para anotações e pesquisas, além de assegurar um melhor aproveitamento de tempo, o que seria inviável na modalidade presencial;*
- 1) Ressalta-se que a possibilidade de pagamento encontra amparo na Instrução Normativa do TCE- sob nº 89/2013, no artigo 9º, § 4º, II, o qual estabelece que o valor de cada pagamento considerado despesas de pequeno vulto não ultrapassará 1% do valor estabelecido na alínea a, do inciso 2, do artigo 23 da Lei 8.666/1993, recentemente alterado pelo Dec. n.º 9.412/2018, limitando o valor de pequenos vultos até R\$ 1.760,00 (mil setecentos e sessenta reais). Cumpre informar que a Instrução Normativa em referência regulamenta o artigo 60 da Lei 8.666/1993, reduzindo o limite de 5% para 1% para as despesas consideradas de pequeno vulto.
 - 2) Configurada a permissão legislativa de se contratar diretamente, não cabe ao gestor a livre escolha de se realizar ou não o certame licitatório. Ainda que se justifique que a licitação seria o meio mais adequado a resguardar a isonomia e impessoalidade na contratação, cumpre ressaltar que, apesar de viável, o processo licitatório possui um alto custo administrativo (até por ser conhecidamente mais demorado), sendo improvável que a economia a ser obtida seja suficiente para cobri-lo, além de ser um procedimento mais demorado.
 - 3) Por fim, aprofundando-se a análise, não constitui a licitação um fim em si mesmo, de forma que o dever de licitar precisa ser aplicado em consonância com os demais princípios aplicáveis à Administração, tais como a economicidade, a eficiência, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Considerando os fatos acima elencados e bem como da sua real necessidade de aquisição, autorizo o pagamento da quantia de R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais) para quitação da eventual Nota Fiscal de Serviços.

Santa Terezinha de Itaipu-PR 06 de Junho de 2019.

De Acordo;


Rogério Matendal
Presidente


Marcos Ramão Lovelra
Diretor Geral

ASSUNTO: 002-REQUERIMENTO
SUBASSUNTO: 007-PARTICIPAÇÃO EM CURSO
REQUERENTE: CONTROLE INTERNO

inha de Itaipu

Requerimento

Em, 29 de maio de 2019.

Santa Terezinha de Itaipu/PR

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

Luciani Heindrickson da Silva, brasileira, maior, Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo de Coordenadora/Auditora do Controle Interno, vem, respeitosamente, requerer a autorização para participação e contratação, dentro dos ditames legais, do curso de "**AUDITORIA GOVERNAMENTAL - NOS PODERES MUNICIPAIS**", com carga horária de 48 horas, promovido pela Unipública Escola de Gestão Pública, disponível em sua plataforma na modalidade online.

A referida solicitação encontra respaldo no que determina o Art. 17, Inciso III, da Resolução N° 55/2007, que prevê

Art. 17 - Os membros que compõe o Sistema de Controle Interno deverão ser incentivados a receberem treinamentos específicos e participarão, obrigatoriamente:

III - de cursos relacionados à sua área de atuação, no mínimo, 4 (quatro) vezes por ano.

Sendo o que havia para declarar/requerer, firmo o presente para que surta seus efeitos jurídicos e legais.


Luciani Heindrickson da Silva
Coordenadora/Auditora do Controle Interno

Ilmo. Senhor
Rogério Matendal
Presidente da Câmara de Vereadores
Santa Terezinha de Itaipu - PR



Curso: Auditoria Governamental - Nos Poderes Municipais

Carga Horária: 48 h/a

Valor total: R\$ 490

Programação:

Técnicas de Auditoria Governamental - Auditoria Governamental

- 1- Considerações sobre INTOSAI/ISSAI 100 – 200 – 300 – 400
- 2- Teoria da agência
- 3- Governança corporativa
- 4- *Accountability*
- 5- Controladoria
- 6- Definições das aplicações na auditoria
- 7- Instrumento
- 8- Racionalização da auditoria
- 9- Objeto da auditoria
- 10- Classificação da auditoria
- 11- Forma de execução da auditoria
- 12- Equipe de auditoria
- 13- Plano de auditoria
- 14- Documentação do trabalho de auditoria
- 15- Ciclo de auditoria
- 16- Execução da auditoria
- 17- Comunicação dos resultados – relatórios de auditoria
- 18- Supervisão e revisão
- 19- Monitoramento e acompanhamento da auditoria
- 20- Papeis dos principais atores envolvidos com o controle de qualidade
- 21- Ferramentas de controle de qualidade
- 22- Modelos
- 23- Mapa do processo de auditoria específica
- 24- Mapa do processo de auditoria PAD (relatório por objeto)



João Henrique Mildenberger

Auditorias Pontuais: Órgãos Externos de Gestão - Nos Poderes Municipais

- 1- Administração indireta
- 2- Engenharia
- 3- Educação
- 4- Saúde
- 5- Assistência social
- 6- Patrimônio e almoxarifado
- 7- Transportes/frotas
- 8- Complemento das rotinas
- 9- Modelos de atos



João Henrique Mildenberger



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.227.107/0001-93 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 07/10/2009
NOME EMPRESARIAL UNIPUBLICA - UNIAO PARA QUALIFICACAO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.32-5-00 - Educação superior - graduação e pós-graduação		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.31-7-00 - Educação superior - graduação 85.33-3-00 - Educação superior - pós-graduação e extensão 85.42-2-00 - Educação profissional de nível tecnológico 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R DESEMBARGADOR CLOTARIO PORTUGAL	NÚMERO 39	COMPLEMENTO
CEP 80.410-220	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CURITIBA
ENDEREÇO ELETRÔNICO financeiro@unipublicabrasil.com.br		UF PR
TELEFONE (41) 3323-3131 / (41) 3323-3131		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/10/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 22/05/2019 às 10:55:53 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 11.227.107/0001-93
NOME EMPRESARIAL: UNIPUBLICA - UNIAO PARA QUALIFICACAO E
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA
CAPITAL SOCIAL: R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	FRANK WILLIAN AVILA E SILVA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	BRUNO RICARDO AVILA E SILVA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 22/05/2019 às 10:56 (data e hora de Brasília).



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11227107/0001-93
Razão Social: UNIPUBLICA UNIAO P QUAL DESE PROF LTDA
Endereço: R EBANO PEREIRA 44 8 ANDAR CJ 804 / CENTRO / CURITIBA / PR / 80410-240

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei S.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/05/2019 a 03/06/2019

Certificação Número: 2019050502425193166291

Informação obtida em 22/05/2019, às 10:56:48.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: UNIPUBLICA - UNIAO PARA QUALIFICACAO E DESENVOLVIMENTO
PROFISSIONAL LTDA

(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 11.227.107/0001-93

Certidão nº: 172831351/2019

Expedição: 22/05/2019, às 10:57:39

Validade: 17/11/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **UNIPUBLICA - UNIAO PARA QUALIFICACAO E DESENVOLVIMENTO
P R O F I S S I O N A L L T D A**
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº
11.227.107/0001-93, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 019952175-12

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 11.227.107/0001-93

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 19/09/2019 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **UNIPUBLICA - UNIAO PARA QUALIFICACAO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
LTDA**
CNPJ: **11.227.107/0001-93**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:43:11 do dia 22/05/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/11/2019.
Código de controle da certidão: **82F2.88CF.21DD.6AF1**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO**

SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO MUNICIPAL

NOME INFORMADO

UNUNIPUBLICSIPUBLICA -UNIAO PARA QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA

CNPJ SOLICITADO

11.227.107/0001-93

SITUAÇÃO CADASTRAL

12036298

Nº DA SOLICITAÇÃO

7498474

FINALIDADE

Concorrência / Licitação

SITUAÇÃO DA SOLICITAÇÃO

INDEFERIDA

OBSERVAÇÕES

FORAM ENCONTRADAS PENDÊNCIAS DE:

COMÉRCIO E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- Favor dirigir-se ao PLANTÃO FISCAL DO ISS no prédio central da prefeitura municipal de curitiba – Térreo, munido de documento da empresa.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

Emitido Eletronicamente via Internet
em 22/05/2019 - 11:01:10
Versão P.2.0.2.9.1617 (15/04/2019)



Jonias de Oliveira e Silva

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1975409768993012>
Última atualização do currículo em 08/02/2019

Pós-Graduado (lato sensu) em Direito Constitucional (2005), Especializado em Docência no ensino Superior (2004), Bacharel em Direito (1998), Advogado inscrito na OAB/PR (1999), professor titular em matérias de direito (graduação e pós-graduação) na Unipan - Faculdade de Ciências Aplicadas de Cascavel (2003/2006), professor de cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional de servidores públicos pela Unipública (2009/2019) tendo ministrado mais de 1.000 temas diferenciados, perfazendo mais de 30 anos no atendimento de órgãos públicos municipais (Executivo, Legislativo, Consórcio, Fundo, Sindicato de servidores etc), tanto na procuradoria quanto na consultoria e assessoria. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome Jonias de Oliveira e Silva
Nome em citações bibliográficas SILVA, J. O. E.

Endereço

Endereço Profissional Faculdade de Ciências Aplicadas de Cascavel, Ensino, Privado.
Avenida Brasil, 7210
centro
85802970 - Cascavel, PR - Brasil
Telefone: (45) 2224411
Ramal: 214
Fax: (45) 2227373
URL da Homepage: <http://unipan.br>

Formação acadêmica/titulação

2004 - 2005 Especialização em Direito Constitucional. (Carga Horária: 470h).
Universidade Paranaense, UNIPAR, Brasil.
Título: Horários de Expediente nos Órgãos Públicos.
Orientador: Pascoal Muzelli Neto.

2002 - 2004 Especialização em Docência no Ensino Superior. (Carga Horária: 470h).
Faculdade de Ciências Aplicadas de Cascavel, FACIAP, Brasil.
Título: A importância da educação para o mercado de trabalho: A contribuição das instituições de ensino superior e as aspirações acadêmicas.
Orientador: Adelaide Marina La Banca de Oliveira.

1994 - 1998 Graduação em Direito.
Universidade do Oeste Paulista, UNOESTE, Brasil.

Atuação Profissional

Faculdade de Ciências Aplicadas de Cascavel, FACIAP, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - 2006 Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 20
Atividades
2/2003 - Atual Ensino, Administração Financeira, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Direito

Secretaria de Educação do Estado do Paraná, SEED/PR, Brasil.

Vínculo institucional

1995 - 1996 Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: professor, Carga horária: 12

Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa-PR, PMCL, Brasil.

Vínculo institucional
1989 - 1999

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Secretário Municipal, Carga horária: 40

Câmara Municipal de Campina da Lagoa-PR, CMCL, Brasil.

Vínculo institucional
2000 - 2000

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador Jurídico, Carga horária: 20

Fundo Previdenciário Municipal, FPM, Brasil.

Vínculo institucional
2005 - 2006

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Procurador, Carga horária: 20

Câmara Municipal de Altamira do Paraná-PR, CMAPR, Brasil.

Vínculo institucional
2005 - 2005

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Consultor Jurídico, Carga horária: 20

Consórcio Intermunicipal de Saúde, CISCOMCAM, Brasil.

Vínculo institucional
2002 - 2014

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Assessor Jurídico, Carga horária: 20

Empresário, CF, Brasil.

Vínculo institucional
1979 - 1988

Vínculo: Sócio Proprietário, Enquadramento Funcional: Gestor, Carga horária: 44, Regime: Dedicção exclusiva.

Liotto e Silva Ltda, LS, Brasil.

Vínculo institucional
1998 - 2006

Vínculo: Consultor Jurídico, Enquadramento Funcional: Terceirizado, Carga horária: 20

Conservias, CSV, Brasil.

Vínculo institucional
2007 - Atual

Vínculo: Terceirizado, Enquadramento Funcional: Advogado, Carga horária: 20

Sindicato dos Servidores, SS, Brasil.

Vínculo institucional
2001 - 2004

Vínculo: Terceirizado, Enquadramento Funcional: Advogado, Carga horária: 20

União dos Vereadores do Paraná, UVEPAR, Brasil.

Vínculo institucional
2006 - 2010

Vínculo: Terceirizado, Enquadramento Funcional: Procurador Jurídico, Carga horária: 20

Pontual Capacitação, PONTUAL, Brasil.

Vínculo institucional
2006 - 2009

Vínculo: Contratado, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 20

Unipública Capacitação, UNIPUBLICA, Brasil.

Vínculo Institucional
2009 - Atual

Vínculo: Contratado, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 20

Áreas de atuação

1.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Privado/Especialidade: Direito Civil.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo.

Produções

Produção bibliográfica

Livros publicados/organizados ou edições

1. **SILVA, J. O. E.**. Vereador de Sucesso: Eleitor bem Representado. 1. ed. Curitiba: Independente, 2009. v. 01. 68p .

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1. **SILVA, J. O. E.**. Administração Pública. In: Administração Pública, 1991, Londrina, 1991.

Demais trabalhos

1. **SILVA, J. O. E.**. Direito Eleitoral. 2000 (curso) .
2. **SILVA, J. O. E.**. Licitações. 1995 (Curso) .
3. **SILVA, J. O. E.**. Contabilidade Pública. 1991 (curso) .
4. **SILVA, J. O. E.**. Administração de Pessola. 1991 (curso) .

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 22/05/2019 às 11:13:18

JOÃO HENRIQUE MILDENBERGER

Rua Pioneiro Rovedo Ziegmann, 447
Pitanga - Paraná
(42) 36461491 - (42) 99700042
jhmcontabilidade@hotmail.com
38 anos · Casado · Brasileiro

POSIÇÃO EXECUTIVA NA ÁREA CONTÁBIL

RESUMO DE QUALIFICAÇÕES

- Sólida carreira desenvolvida na área Contábil, atuando em posições estratégicas e de liderança executiva em entidades Públicas.
- Sucesso na participação de comitês internos e tomadas de decisões estratégicas em conjunto com as áreas Financeira, Fiscal e Recursos Humanos e Controladoria Interna (*Governança Corporativa*)
- Experiência no gerenciamento de equipes contábeis internas das entidades.
- Expertise na gestão de área Contábil Pública, desenvolvendo processos de esfera consultiva e contenciosa com enfoque financeiro, tributário administrativo e controladoria.
- Experiência na elaboração, controle e acompanhamento de orçamentos e de metas da área contábil.
- Atendimento ao departamento financeiro nas estratégias para contingências e provisionamento adequado das normas vigentes na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Vivência no exercício da contabilidade pública, desenvolvendo atendimento e assessoria.
- Experiência como professor nas áreas de Contabilidade Pública, gestão de controladoria Interna, Sistemas informatizados de Prestação de Contas em varias esferas.
- Disponibilidade para viagens, mudança de cidade e expatriações.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Pós-Graduação Latu Sensu: Gestão e Controladoria – 2004
Pós-Graduação Latu Sensu: Administração e Contabilidade Pública - 2002
Graduação: Direito – Interrompida no 5 periodo(2011)
Graduação: Contabilidade – 2000

IDIOMAS

Inglês e Espanhol basicos

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

2016 – ATUAL

MILDENBERGER CONSULTORIA PÚBLICA

Consultoria empresarial

SÓCIO PROPRIETÁRIO

- Responsável por gerenciar e prospectar clientes estratégicos
- Atuação nas esferas consultiva e contenciosa, elaboração de pareceres na área contábil.
- Aconselhamento na adequação das empresas às regras da Legislação Vigente
- Assessoria no gerenciamento de contingências contábeis e financeiras.
- Realização de auditorias (*due diligence*) e palestras na área pública

2018 - ATUAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL
CONTADOR

CONTADOR CONCURSAVO POR 8 HORAS SEMANAIS NO REGIME ESTATUTÁRIO.

2016-2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS
ASSESSOR CONTÁBIL

CASE DE SUCESSO:

PRIMEIRO MUNICÍPIO DO PARANÁ A ENCAMINHAR AS INFORMAÇÕES MENSAIS JUNTO AO SIM AM POR 4 MESES
CONSECUTIVOS NO EXERCÍCIO DE 2015

2012-2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE PARANÁ CENTRO
ASSESSOR CONTÁBIL

2012-2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA
ASSESSOR CONTÁBIL

2010-2012

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE AMCESPAR
ASSESSOR CONTÁBIL

2011-2012

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
ASSESSOR CONTÁBIL

2009-2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ASSESSOR CONTÁBIL

2007-2008

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TEBAS
ASSESSOR CONTÁBIL

2005

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
ASSESSOR CONTÁBIL

2003

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAGI
ASSESSOR CONTÁBIL

2003-2004

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
ASSESSOR CONTÁBIL

2001-2008

PREFEITURA MUNICIPAL SANTA MARIA DO OESTE
CONTADOR ESTATUTÁRIO.



(/)

DIGITE O CURSO OU O ASSUNTO QUE DESEJA PESQUISAR...

BUSCAR

BUSCA AVANÇADA (/BUSCA-AVANÇADA) >

CURSOS ONLINE (/catalogo/cursos-online)

SEMINÁRIOS E PALESTRAS (/catalogo/eventos-on-line)

MICRO CURSOS GRATUITOS (/catalogo/micro-cursos-gratuitos-com-certificacao)

PREPARATÓRIOS OAB/CFC/CONCURSOS (/cursos/preparatorios/preparatorio-oab)

UBLIQUE SEU ARTIGO (<https://semanaacademica.org.br/expediente>)

CURSO ONLINE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

JOÃO PAULO VASCONCELOS ROCHA

MATRICULE-SE

Escolha sua carga horária e adquira seu curso.

O curso Auditoria Governamental tem como objetivo a qualificação de servidores públicos e demais interessados que atuam, direta ou indiretamente com a realização de tais trabalhos. A Auditoria Governamental consiste no conjunto de procedimentos sistematizados, destinados a aferir a legalidade, economicidade, eficiência, equidade e efetividade da gestão pública. É, portanto, valiosa para a asseguuração da conformidade dos atos administrativos, contribuindo, ademais, para a contínua melhoria do desempenho da governança pública. Entre os principais atores nesse processo, encontram-se os Tribunais de Contas, que, constitucionalmente, auxiliam na atividade de controle externo da Administração Pública. Nesse passo, foram editadas em 2011 as Normas de Auditoria Governamental (NAG's), no intuito de regulamentar a atividade de auditoria governamental no país.

AUDITORIA (/CURSOS/CONTABILIDADE/AUDITORIA) CONTABILIDADE (/CURSOS/CONTABILIDADE) CURSOS ONLINE (/CATALOGO/CURSOS-ONLINE)

SELECIONE A CARGA HORÁRIA:

CARGA HORÁRIA	360 H	340 H	320 H	300 H	280 H
Prazo mínimo em dias (?)	45	43	40	38	35
Prazo máximo em dias (?)	120	120	120	120	120
Avaliação	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
Tutoria especializada	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
Conteúdo Interativo/vídeoaulas	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
Certificado Online	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
Certificado impresso modelo simples	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

CARGA HORÁRIA

Certificado impresso, modelo luxu

Certificado com frete grátis

360 H

340 H

520 H

500 H

280 H

Projeto Pedagógico

360 H

340 H

520 H

500 H

280 H

FAÇA SUA MATRÍCULA →

RS 1.000,04
MATRÍCULA
LICENCIAMENTO CURSOS
CARGA
MULTIPLA MATRÍCULAS

RS 961,14
MATRÍCULA
LICENCIAMENTO CURSOS
CARGA
MULTIPLA MATRÍCULAS

RS 1.518,24
MATRÍCULA
LICENCIAMENTO CURSOS
CARGA
MULTIPLA MATRÍCULAS

RS 1.479,26
MATRÍCULA
LICENCIAMENTO CURSOS
CARGA
MULTIPLA MATRÍCULAS

RS 731,67
MATRÍCULA
LICENCIAMENTO CURSOS
CARGA
MULTIPLA MATRÍCULAS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AValiação e Certificação

METODOLOGIA

OBJETIVOS

PÚBLICO ALVO

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

AValiação e Certificação

AValiação

Por meio da resolução de uma prova objetiva online com correção instantânea e interatividade pelo sistema AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

1. Somente será possível resolver a prova após transcorrido o prazo mínimo exigido pela carga horária respectiva. Antes desse prazo o sistema não disponibiliza o botão de acesso à prova e em hipótese alguma será possível resolver tal prova. Veja a lista de prazos mínimos e máximos para cada carga horária disponibilizada neste link.
2. Uma vez realizada a prova, o curso é encerrado e as atividades e o material avaliativo ficam indisponíveis no AVA.
3. ATENÇÃO: MESMO QUE A PROVA SEJA LIBERADA ANTES, NÃO DEVERÁ REALIZAR A MESMA NA DATA EM QUE QUER TERMINAR O CURSO. A DATA DE REALIZAÇÃO DA PROVA SERÁ A DATA QUE CONSTARÁ COMO DATA DE TÉRMINO, NO SEU CERTIFICADO.

CERTIFICAÇÃO

Uma via eletrônica do certificado é liberada imediatamente após a conclusão da prova, desde que verificado aproveitamento mínimo de 70% na avaliação.

A via eletrônica do certificado é assinada digitalmente com uma chave de validação. Esse recurso é útil no caso de haver exigência na apresentação do documento, que pode ser impresso para comprovar a data de sua data de emissão (se necessário).

Informações que constam nos certificados: Título do curso, Nome completo do aluno, Número de matrícula do curso, Data inicial e data final; Carga horária do curso, Número de registro do certificado emitido, Instituição de origem e data de emissão do certificado (que corresponde à data de conclusão do curso). Nome e endereço postal de origem e emissão, informações programáticas do curso; Razão social e CNPJ da instituição de ensino emissora do certificado. Informações necessárias para a verificação da autenticidade do certificado; validade junto a concursos públicos e instituições de ensino públicas e privadas e outras informações a respeito que regula a emissão do documento, para fins de validade no território brasileiro.

Os certificados são emitidos pela instituição de ensino Universidade Unipar, sob o controle do Decreto Federal No. 5.154/2004. Para certificar-se das condições de aproveitamento junto à instituição que o emite, consulte o regulamento para programas específicos cada instituição poderá criar regras que respeitem tais exigências.

Todos os Certificados emitidos pela instituição de ensino Unipar, são válidos em todo o território nacional, na comprovação de conclusão de atividade de avaliação avaliativa. São válidos para comprovação de carga horária de atividades extra-curriculares, inclusive para programas internos de ascensão funcional. Os certificados são também válidos para fins de prova de títulos junto a

PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
RAZÃO SOCIAL:	UNIEDUCAR INTELIGÊNCIA EDUCACIONAL LTDA
NOME DE FANTASIA:	UNIEDUCAR UNIVERSIDADE CORPORATIVA
CNPJ(MF):	05.569.970/0001-26
REGISTRO SICAF (UC):	170038 – SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MIN. DA FAZENDA (CE)
REGISTRO ABED:	5.189 – CATEGORIA INSTITUCIONAL
REGISTRO CRA-CE:	PJ-3457

Metodologia: O conteúdo dos programas de qualificação profissional pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. É apresentado em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e materiais extras disponíveis na Biblioteca (e-books) e Videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

Sincronicidade: os cursos/eventos são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter data de início e término definidas.

Tutoria e Formas de Interação: Os cursos recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e administração do curso é preferencialmente online, podendo ser agendadas ações em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats, etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

Avaliação/Certificação: Nos cursos, a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de atividades complementares durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento) nas atividades e avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

Organização curricular: Os programas apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha toda a concepção dos conteúdos.

Tecnologia de EAD/e-learning: Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, envolvendo rotinas de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados.

Materiais Didáticos: Os conteúdos programáticos são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); testes; além de conteúdos extras com material relacionado.

Interação e Suporte Administrativo: Os programas de formação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e também presencial, conforme o caso.


 Semana
 Acadêmica

Sobre a Instituição de Ensino: Desde 2003 a Unieducar Universidade Corporativa atua com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Somos cadastrados junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atendemos mediante Nota de Empenho a todos os órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Auditoria Governamental

CARGA HORÁRIA: 140 horas

PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO: 18 dias

PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO: 60 dias

OBJETIVOS GERAIS:

O curso Auditoria Governamental tem como objetivo a qualificação de servidores públicos e demais interessados que atuam, direta ou indiretamente com a realização de tais trabalhos. A Auditoria Governamental consiste no conjunto de procedimentos sistematizados, destinados a aferir a legalidade, economicidade, eficiência, equidade e efetividade da gestão pública. É, portanto, valiosa para a asseguuração da conformidade dos atos administrativos, contribuindo, ademais, para a contínua melhoria do desempenho da governança pública. Entre os principais atores nesse processo, encontram-se os Tribunais de Contas, que, constitucionalmente, auxiliam na atividade de controle externo da Administração Pública. Nesse passo, foram editadas em 2011 as Normas de Auditoria Governamental (NAG's), no intuito de regulamentar a atividade de auditoria governamental no país.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – NORMAS GERAIS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL (NAG 2000)

A Origem da Auditoria
Conceito de Auditoria Governamental
Objetivo de Auditoria Governamental
Eficácia, Eficiência, Economicidade e Efetividade
Evidências de Auditoria; Gestão Pública

UNIDADE II – NORMAS RELATIVAS AOS PROFISSIONAIS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL (NAG 3000)

Competência Técnico-Profissional; Zelo e Responsabilidade Profissional;
Independência Profissional; Ética Profissional; Sigilo Profissional.

UNIDADE III – NORMAS RELATIVAS AOS TRABALHOS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL (NAG 4000)

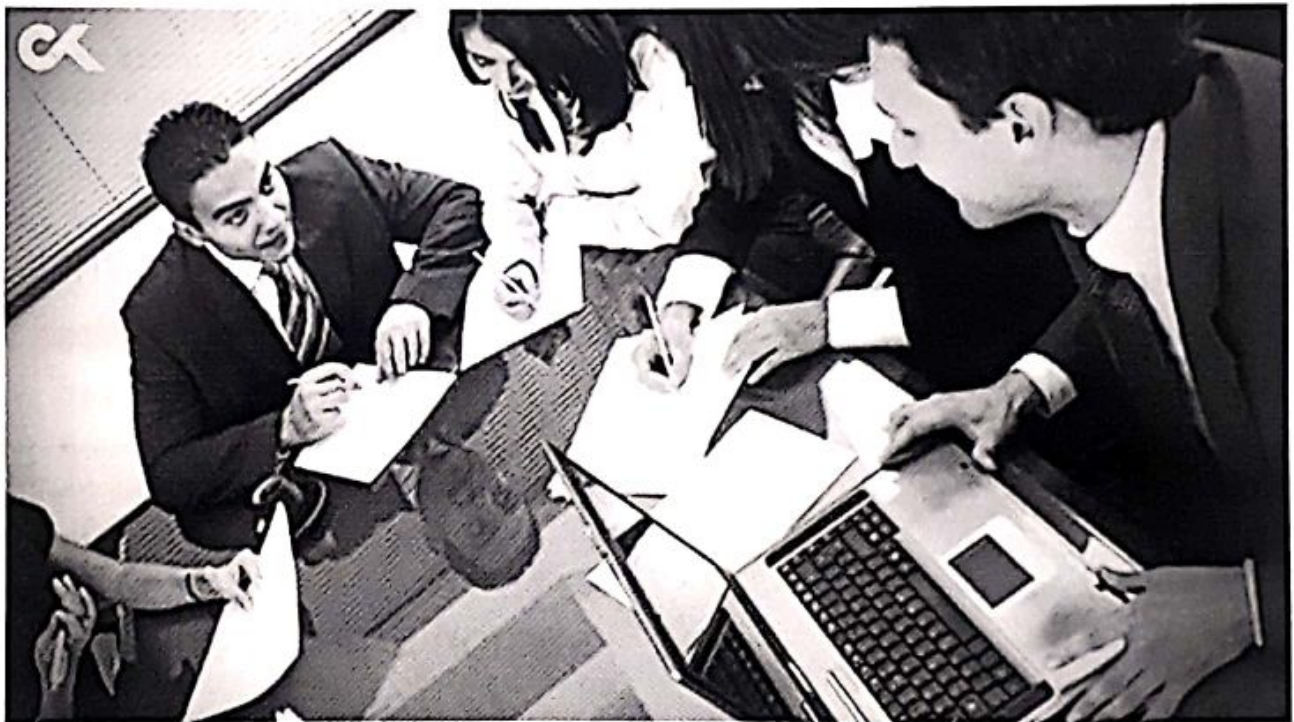
Metodologia e Escopo; Planejamento; Execução; Supervisão e Revisão;
Comunicação de Resultados e Relatórios; Monitoramento das Recomendações.



HOME / CURSO / ÁREA FINANÇAS PÚBLICAS (IN COMPANY) / ÁREA FINANÇAS PÚBLICAS (ABERTOS)
/ CURSO DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL E CONTROLES INTERNO E EXTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Curso de Auditoria governamental e controles interno e externo na administração pública

Normas de Auditoria aplicáveis ao Setor Público: Instruções Normativas da SFC/MF, CGU/Presidência da República, lei 10.180/01, Normas do TCU e ...



*Normas de Auditoria aplicáveis ao Setor Público:
Instruções Normativas da SFC/MF,
CGU/Presidência da República, lei 10.180/01,
Normas do TCU e IN MP/CGU 01/2016.*

^
TOP

Papéis de trabalho

Fraudes no setor público

- Impropriedades e irregularidades
- Casos reais

Instrutor: Marcelo Chaves Aragão

Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União desde 2006 e foi Analista de Finanças e Controle no Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal durante 14 anos, onde exerceu várias funções, entre as quais, chefe da CGU em três estados da federação e Secretário-Adjunto da Secretaria Federal de Controle Interno. No TCU, ocupou as funções de assessor do Secretário-Geral de Controle Externo, coordenador do projeto Controle Externo no Mercosul, Chefe do Serviço de Redes de Controle, Especialista Sênior responsável pela coordenação das ações de controle nos projetos da Copa do Mundo Fifa 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, Secretário de Controle Externo no estado de Alagoas e Chefe da Assessoria da Ouvidoria. É professor das disciplinas de Controle Interno e Externo e Auditoria Geral e Governamental em diversas instituições de ensino. Além disso, é autor de dois livros de auditoria pela editora Método e de outras obras, lançadas em conjunto com professores renomados, pela editora JusPodivm. Graduado em Administração pela Universidade Federal Fluminense, possui especialização em Administração Pública (FGV) e Auditoria Interna e Controle Governamental (ISC/CEFOP). Possui 26 anos de experiência em auditoria governamental.

Investimento

R\$ 2.590,00 – Valor especial para depósito ou empenho antecipado.

R\$ 2.790,00 – Valor normal.

***Valores especiais para Grupos:** Sob consulta, conforme número de inscritos neste ou em mais eventos. Envie e-mail para consultre@consultre.com.br.

Incluso: Material didático e de apoio, pasta executiva, coffee-break, almoço e certificado.

Horário e carga horária

08:00 h Credenciamento (apenas no primeiro dia)

08:30 h Início da aula

10:30 h Intervalo

13:00 h Almoço*

14:00 h Retorno à aula

16:30 h Término da aula

Carga horária: 21 horas

Locais e datas

- **Rio de Janeiro/RJ: 29 a 31/07/2019**

- Copacabana Mar Hotel – Endereço: Rua Ministro Viveiros de Castro, 155, Copacabana – Rio de Janeiro/RJ.

Tel: (21) 3501-7900 – www.copacabanamar.com.br

Sugestões de hospedagem

^
TOP

- **Fortaleza/CE: 02 a 04/09/2019**

- Hotel Beira Mar – Endereço: Avenida Beira Mar, 3130, Praia de Meireles – Fortaleza/CE.
Tel: (85) 4009-2010 – www.hotelbeiramar.com.br
Sugestões de hospedagem

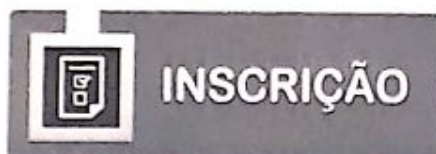
- **Foz do Iguaçu/PR: 04 a 06/11/2019**

- Hotel Golden Park Internacional – Endereço: Rua Almirante Barroso, 2.006 , Centro – Foz do Iguaçu/PR.
Tel: (45) 3521-4100 – <http://goldenparkinternacionalfoz.com.br>
Sugestões de hospedagem



Atenção! É recomendável que faça sua pré-reserva com antecedência para garantir sua vaga, pois muitos cursos esgotam suas vagas bem antes do prazo.

Garanta sua vaga agora ou fale conosco:



Dados para emissão do empenho*

Razão Social: Consultre – Consultoria e Treinamento Ltda.

Endereço: Av. Champagnat, 645, Sl 502, Ed. Palmares, Centro – Vila Velha/ES – Cep: 29100-011

CNPJ: 36.003.671/0001-53

Insc. Estadual: Isento

Insc. Municipal: 24.687-0

Tel/fax.: 27 3340 0122

Site: www.consultre.com.br

E-mail: inscricao@consultre.com.br





Curso: Controle Interno - Regulamentação das Licitações Base no Livro e Modelos

Data: 04, 05, 06 e 07 de Junho de 2019

Local: Curitiba - PR

Carga Horária: 18 horas horas

Programação:

O Plano Anual de Controle Interno
Dia 4 - das 14h às 17h

1. O sistema de Controle Interno Municipal
2. O Controlador Interno
3. Fundamentação legal de atuação no C.I. das Compras e Licitações
4. Normatizações da Controladoria - Decretos e Instruções Normativas
5. Plano de Trabalho (Ação):
 - a. Ferramenta de gestão
 - b. Planejamento
 - c. Ação
 - d. Auditoria
 - e. Normatização
6. Plano Anual de Auditoria Interna:
 - a. Planejamento estratégico
 - b. Estrutura do órgão
 - c. Gerenciamento de riscos
 - d. Controles existentes
 - e. Papel de trabalho
 - f. Metodologia
 - g. Objetivos específicos
 - h. Programas e políticas do órgão
 - i. Macroprocessos e matriz de riscos
 - j. Prazos
 - k. Recursos disponíveis
 - l. Objetivos propostos
7. Fornecimento de modelos



Milton Mendes Botelho
Consultor, Auditor, Escritor,
Palestrante Especialista em...
[+]

Atuação do Controle Interno nas Compras e Licitações
Dia 5 - das 9h às 12h

1. Fase interna do processo administrativo de licitação
2. Comissões de Licitação
3. Pregoeiros
4. Credenciamento dos Licitantes Interessados



Milton Mendes Botelho
Consultor, Auditor, Escritor,
Palestrante Especialista em...
[+]

5. Recebimento das Propostas de Preços e Documentos de Habilitação
6. Abertura das Propostas de Preços
7. Condução dos Procedimentos Relativos às propostas e Lances
8. Adjudicação da melhor Proposta
9. Ata Circunstanciada da Sessão
10. Condução dos Trabalhos da CPL, Pregoeiro e Equipe de Apoio
11. Sistema de registro de preços:
 - a. Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços
 - b. Órgãos Interessados a Participar da Ata de Registro de Preços
 - c. Órgão Participante da Ata de Registro de Preços
 - d. Órgão não Participante da Ata de Registro de Preços
 - e. Ata de Registro de Preços
 - f. Diferença Entre a Vigência da Ata de Registro de Preços e os Contratos
 - g. Termo de Adesão à Ata de Registro de Preços
 - h. Aplicabilidade do Registro de Preços
 - i. Objetivos e Vantagens do Registro de Preços
 - j. Preços Registrados e seus Cancelamentos
 - k. Alterações da Ata de Registro de Preços

Autos Processuais Passo a Passo

Dia 5 - das 14h às 17h

1. Projeto Básico
2. Projeto Executivo
3. Termo de Referência
4. Capa do Processo Administrativo de Licitação
5. Ofício da Unidade Administrativa Solicitante
6. Pesquisa de Preços
7. Declaração Formal do Ordenador de Despesa
8. Despacho Formal dos Autos Processuais
9. Termo de Autorização de Abertura do Processo Administrativo de Licitação
10. Termo de Autuação da Comissão de Licitação
11. Minuta do Edital, Contrato e Ata de Registro de Preços
12. Parecer da Assessoria Jurídica
13. Parecer de Auditoria da Controladoria Geral do Município
14. Publicações
15. Despacho da Comissão de Licitação ao Pregoeiro
16. Parecer Jurídico Final
17. Parecer de Auditoria Final
18. Formalização da Ata de Registro de Preços
19. Celebração do Contrato Administrativo
20. Compras de pronto pagamento



Milton Mendes Botelho

Consultor, Auditor, Escritor,
Palestrante Especialista em...

[+]

O Controle dos Gastos Públicos

Dia 6 - das 9h às 12h

1. Controle Externo:
 - a. Câmara Municipal
 - b. Tribunais de Contas
 - c. Ministério Público
 - d. Participação Popular (observatórios sociais, etc.)
 - e. Judiciário
 - f. Outros órgãos
2. Controle Interno:
 - a. Preventivo (*a priori*)
 - b. Simultâneo (concomitante)
 - c. Subsequente (*a posteriori*)
 - d. Composição do Sistema de Controle Interno
 - e. Padronização e normatização internas
 - f. A intervenção jurídica no processo
3. Transparência pública como Ferramenta de Controle:
 - a. Ativa (Portal, Órgão Oficial...)
 - b. Passiva (LAI - Lei 12.527/2011)
4. Responsáveis e responsabilizações:
 - a. Vias de responsabilização:
 - I. administrativa
 - II. penal
 - III. cível
 - b. Penas aplicáveis:
 - I. no Processo Administrativo Junto ao TCE
 - II. em Ação civil pública
 - III. em Processo penal
 - IV. em Processo disciplinar (funcional) onde esteja vinculado
 - V. em Processo disciplinar (profissional), pelo órgão de classe
 - VI. no julgamento das contas na Câmara Municipal
 - VII. em ação de ressarcimento ao erário



Marcelo Quentin

Magistrado do Tribunal de
Justiça do Estado do Paraná - .



Aula Prática: Procedimentos e Rotinas - Normatização

Dia 6 - das 14h às 17h

1. Decreto de Designação da Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiros
2. Lista de Presença no Credenciamento
3. Decreto Municipal que Define as Normas de Controle Interno
4. Capa de Processo Administrativo de Licitação
5. Ofício de Solicitação de Abertura de Processo Administrativo de Licitação
6. Termo de Referência
7. Declaração Formal do Ordenador da Despesa
8. Despacho à Assessoria Jurídica
9. Ordem de Abertura do Processo Administrativo de Licitação



Jonias de Oliveira

Advogado, professor
universitário, pós-graduado em .



10. Autuação da CPL
11. Parecer Jurídico de Aprovação da Minuta de Edital
12. Checklist de Instrução do Processo Administrativo de Licitação
13. Parecer de Auditoria da Controladoria Geral do Município
14. Certificado de Auditoria
15. Certidão de Instauração de Processo Administrativo de Licitação
16. Checklist de Análise do Edital de Licitação pelo Órgão de Controle Interno
17. Parecer Jurídico Final
18. Minuta da Ata de Registro de Preços
19. Designação de Fiscal e Gestor
20. Decreto do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos
21. Decreto Sobre Processos de Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação
22. Outros modelos

Irregularidades Recorrentes nas Compras e Licitações

Dia 7 - das 9h às 12h

1. Nas compras públicas:
 - a. Na licitação do objeto
 - b. Na execução contratual
 - c. Nos recebimentos dos produtos/serviços
 - d. No armazenamento
 - e. Na distribuição/liberação
 - f. No uso/utilização
2. Nas Licitações:
 - a. Falta do procedimento
 - b. Fracionamento de despesas
 - c. Dispensa ou inexigibilidade indevida
 - d. Restrição da competição (direcionamento)
 - e. Preços superiores aos de mercado
 - f. Comissão de licitação
 - g. Ausência de termo de referência/projeto
 - h. Falha na pesquisa prévia de preços
 - i. Inobservância de cláusulas essenciais do edital
 - j. Ausência de informações essenciais (numeração, indicação do crédito orçamentário, etc.)
3. Principais Ações fraudulentas em licitações
4. Estatística da identificação das fraudes (quem descobre)



Jonias de Oliveira

Advogado, professor universitário, pós-graduado em . .



Valor do Investimento
R\$ 2190 reais

<p>O pagamento é feito através de boleto ou cheque nominal a UNIPÚBLICA União para Qualificação e Desenvolvimento Profissional Ltda -EPP, inscrita no CNPJ nº: 11.227.107/0001-93</p>
